



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO**

Projeto de Pesquisa Social:

**MERCADOS LOCAIS DE TRABALHO, POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EMPREGO, TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS E IDENTIDADES:
PRECARIIDADES, DESIGUALDADES E FORMAS DE INTEGRAÇÃO E
EXCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO**

Coordenação:

Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Equipe de Pesquisadores:

Agnes Martha da Silva

Daniel Enke Ilha

Hilbert David de Oliveira Sousa

Rafaella Egues da Rosa

Pelotas, março de 2018

1. TITULO:

Mercados locais de trabalho, políticas públicas de emprego, trajetórias ocupacionais e identidades: precariedades, desigualdades e formas de integração e exclusão social pelo trabalho.

2. DELIMITAÇÃO INICIAL DO OBJETO E PROBLEMAS DE INVESTIGAÇÃO:

O mercado de trabalho pode ser definido como um espaço social no qual se estabelecem relações de compra e venda da força de trabalho. Não se trata, porém, de um fenômeno estritamente econômico, mas de um espaço social marcado por fortes assimetrias, não apenas nas relações entre compradores e vendedores da força de trabalho, como também na distribuição dos trabalhadores na estrutura produtiva através de mecanismos mais ou menos competitivos. Como sugere Offe (1989), a força de trabalho é uma mercadoria fictícia, pois não pode ser produzida, distribuída e alocada como outra qualquer. Tanto a disponibilidade dos trabalhadores para vender sua força de trabalho no mercado como a alocação desses trabalhadores nos processos produtivos supõe um conjunto amplo de processos sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, a dinâmica de acumulação capitalista e as instituições e políticas públicas, bem como as práticas e representações dos atores sociais situados concretamente em seus espaços sociais, concorrem para a conformação desse mercado de trabalho.

Nas sociedades capitalistas, o Estado e seus mecanismos de regulação social têm sido fundamentais não só na proteção dos trabalhadores, mas também na dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho. O conjunto de regras e normas públicas consolida, historicamente, um conjunto de direitos e proteções que subtraem as relações no mercado de trabalho a uma lógica puramente privada e individual que se expressa em um “contrato de trabalho”. Esse contrato deixa de ser um acordo entre indivíduos, de ordem privada, fundamentando-se em um conjunto mínimo de direitos e obrigações, publicamente sancionado. O Estado, além do mais, atua igualmente na esfera econômica, regulando-a e/ou intervindo como agente econômico, de tal forma que o mercado de trabalho escapa a determinações puramente privadas e inter-individuais. Através da intervenção do Estado, não se consolida apenas um conjunto de direitos e proteções aos trabalhadores, mas um conjunto de condições econômicas necessárias para a reprodução da dinâmica de acumulação capitalista. Essas modalidades de regulação pública vêm sofrendo profundas mudanças nas últimas décadas com os processos de reestruturação produtiva do capitalismo e com o avanço das políticas públicas de corte liberal.

É nessa perspectiva que se pretende analisar a configuração e transformações dos mercados locais de trabalho de Pelotas e Grande.

O contexto histórico no qual o mercado de trabalho local se configura mostra-se bastante peculiar. Durante um longo período, a região sul do Estado do RS passou por uma grave crise econômica marcada por baixo crescimento, elevados índices de pobreza, altas taxas de desemprego e por um processo de desindustrialização de suas atividades econômicas mais tradicionais, ligadas à agroindústria. A partir de meados dos anos 2000, com um novo impulso de crescimento da economia brasileira e de um conjunto amplo de políticas públicas, esse quadro modificou-se consideravelmente, destacando-se a implantação do pólo naval de Rio Grande, dentre outros projetos e investimentos econômicos (PAC, expansão do ensino superior) (Vargas, 2012b; 2014).

Este e outros investimentos, sobretudo públicos, tiveram um forte impacto sobre o mercado de trabalho local, provocando intensa mobilidade de trabalhadores locais e nacionais. Uma parte significativa dos operários da indústria naval, por exemplo, migrou de outras regiões do país e políticas de qualificação profissional foram implantadas nos municípios de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e Capão do Leão para atender às demandas do setor naval. As atividades de comércio

e serviços também foram fortemente impactadas a partir das demandas desse setor. Observou-se, também, uma importante mobilidade inter-setorial, muitos trabalhadores sendo atraídos pelos melhores salários desse novo segmento econômico. Mais recentemente, com a crise econômica brasileira e, particularmente, com a atual crise pela qual atravessa a Petrobras, o ritmo das atividades econômicas reduziu-se significativamente no setor naval, vários projetos sendo parcialmente transferidos e as entregas de plataformas sendo atrasadas.

É a partir desse quadro que se propõe, através deste projeto, um amplo conjunto de questões: Quais foram as mudanças estruturais dos mercados locais de trabalho nos últimos anos, tanto em termos setoriais como em termos de perfil dos trabalhadores(as)? Essas mudanças possibilitaram uma maior integração desses(as) trabalhadores(as) no mercado de trabalho formal e protegido? Os processos de exclusão social, particularmente através do trabalho, foram minorados? Houve uma desprecarização do trabalho e uma redução das desigualdades sociais (de classe, de gênero, de geração, de cor/raça)?

Indaga-se, ainda, qual foi o papel do Estado (o poder público em suas diversas esferas) nesse processo e, particularmente, das políticas públicas de emprego, trabalho e renda? Essas políticas foram decisivas na configuração desse mercado e no enfrentamento da precariedade e das desigualdades sociais? Essas políticas são dotadas de recursos e ferramentas necessários para um enfrentamento adequado dos dilemas dos mercados locais de trabalho? Como os diversos atores sociais institucionalmente estruturados têm enfrentado às questões relativas ao mercado de trabalho?

Indaga-se, finalmente, nesse contexto, como os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam seus próprios dilemas pessoais e familiares no mercado de trabalho? O desemprego, a insegurança e a precariedade ocupacional são experiências significativas nas trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho? O emprego protegido é uma referência importante na busca por um lugar no mercado de trabalho? Qual é a relação subjetiva dos trabalhadores e trabalhadoras com o conteúdo e condições de trabalho e com as formas de trabalho por eles vivenciadas? De que maneiras as condições de classe e as relações de gênero, geração e de cor/etnia estruturam as experiências desses trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho?

3. JUSTIFICATIVA

As transformações no mundo do trabalho, circunscritas em um regime de acumulação flexível do capital, exercem papel fundamental no arranjo de relações sociais desiguais. Da mesma maneira, a flexibilização e a precariedade aparecem como traços basilares do mercado de trabalho brasileiro. Desse modo, entende-se que este projeto adquire grande relevância na área da sociologia porque se propõe a analisar os mercados locais de trabalho a partir do marco das desigualdades sociais que nele vêm sendo produzidas e reproduzidas. Além disso, esta pesquisa pode ser um valioso recurso para a compreensão e avaliação das políticas públicas de trabalho, sobretudo visando o aprimoramento das intervenções estatais em um contexto de reestruturação produtiva e de heterogeneidade da estrutura econômica e das formas de trabalho.

A pertinência da pesquisa em questão também se justifica por ela ter como foco de análise um cenário bastante específico, o das cidades de Pelotas e Rio Grande, cujos mercados de trabalho foram fortemente influenciados pelo *boom* e posterior crise do setor naval. Ademais, este projeto diferencia-se por sua abordagem teórico-metodológica que considera não somente as condições objetivas do mercado de trabalho, mas também as subjetivas, em que contribuem as vivências e experiências dos trabalhadores, seus processos de construção identitária. Assim, articulando dados quantitativos e qualitativos, pode-se elaborar um diagnóstico mais profundo e complexo do quadro de precariedade no mercado de trabalho.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVOS GERAIS

4.1.1. Caracterizar as mudanças nos mercados locais de trabalho dos municípios de Pelotas e Rio Grande, compreendendo a relação entre a dinâmica de desenvolvimento econômico e a dinâmica do emprego/ocupação, o perfil e características dos empregados/ocupados e dos desempregados, bem como a produção das desigualdades sociais e das formas precárias de integração profissional/ocupacional.

4.1.2. Identificar, caracterizar e analisar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, bem como as demais políticas públicas (assistência, econômicas) com impacto sobre o mercado de trabalho, avaliando a capacidade do Estado, em suas diferentes esferas de atuação (federal, estadual e municipal), de implementar ações e programas visando a integração dos trabalhadores e das populações vulneráveis ao mundo do trabalho.

4.1.3. Analisar trajetórias e experiências de trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, identificando e caracterizando os processos de mobilidade ocupacional e de trânsito entre diferentes formas de trabalho, bem como a relação subjetiva desses trabalhadores com suas formas de integração profissional/ocupacional (trabalho, relações de trabalho) e o peso destas em suas construções identitárias.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.2.1. Identificar a evolução dos principais indicadores conjunturais e estruturais de mercado de trabalho (atividade, ocupação e desemprego);

4.2.2. Traçar o perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho (idade, sexo, escolaridade, rendimento, raça/cor);

4.2.3. Analisar a mobilidade ocupacional e as transições entre diferentes formas de trabalho;

4.2.4. Analisar, através das trajetórias de desempregados, como são as situações (objetivas e subjetivas) de desemprego;

4.2.5. Analisar a relação subjetiva dos trabalhadores e trabalhadoras com o conteúdo de seus trabalhos e com sua condição profissional/ocupacional;

4.2.6. Identificar o papel do trabalho no processo de construção identitária dos trabalhadores;

4.2.7. Identificar e analisar os indicadores de intermediação do SINE (vagas captadas, nº de inscritos, encaminhamentos e colocações no mercado de trabalho), seu modo de atuação, bem como de outras agências e instituições de intermediação e de recrutamento e seleção de trabalhadores;

4.2.8. Identificar o perfil dos demandantes de emprego, das empresas e das vagas oferecidas no Sistema Nacional de Empregos (SINE) de Pelotas e Rio Grande;

4.2.9. Identificar e analisar a implementação da política de seguro-desemprego, os respectivos indicadores, bem como o perfil dos demandantes e segurados;

4.2.10. Identificar as políticas públicas de desenvolvimento e seu impacto sobre o mercado de trabalho;

4.2.11. Identificar as políticas de qualificação profissional (SENAC, SENAI, SENAT, Secretaria de Cidadania, etc.) implementadas no âmbito dos municípios;

4.2.12. Verificar qual é o impacto dessas qualificações em relação à inserção no mercado de trabalho;

4.2.13. Identificar o número de pessoas e famílias atingidas pelas políticas de assistência, traçando seu perfil sócio-ocupacional;

- 4.2.14. Analisar como se dá o acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade social, que recebem o Bolsa Família, a estas políticas de qualificação;
- 4.2.15. Identificar a relação entre assistência, trabalho e construção identitária;
- 4.2.16. Identificar e mapear políticas e ações visando à geração de trabalho e renda, seja no âmbito de projetos econômicos alternativos (economia solidária, cooperativas), seja no âmbito das políticas de estímulo ao empreendedorismo.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A perspectiva sociológica tem mostrado que o mercado de trabalho não é um espaço homogêneo, caracterizado pela plena liberdade, racionalidade e igualdade entre seus agentes que buscariam unicamente maximizar seus interesses individuais, conforme o modelo clássico do *homo economicus*. Trata-se, na verdade, de um espaço social no qual se articulam um conjunto complexo de relações sociais, nele se produzindo e se reproduzindo diversos níveis de desigualdade social.

Como fizeram crer as teorias clássicas da modernização ao analisarem o processo de desenvolvimento das sociedades periféricas, tais desigualdades sociais não se configuraram efetivamente como resquícios de um passado tradicional que seria superado na medida em que o desenvolvimento industrial e capitalista avançasse. Subjacente a estas visões lineares e etapistas do processo de desenvolvimento econômico estava o pressuposto de que as sociedades modernas marchariam necessariamente rumo ao progresso, este abrangendo tanto a modernização econômica como a modernização cultural. Nessa perspectiva, as sociedades foram consideradas como entidades totalizantes e abstratas, negligenciando-se a história concreta e os conflitos internos entre seus atores/agentes.

Ao longo do século XX, no curso concreto de desenvolvimento da sociedade brasileira e latino-americana, colocou-se em xeque essa concepção evolucionista, linear e ingênua do “progresso” social. A modernização capitalista nessas regiões mostrou-se um processo marcado por profundas desigualdades sociais, o suposto “subdesenvolvimento” não podendo mais ser atribuído à ausência de modernização, de industrialização e de avanço das relações capitalistas de produção. O próprio desenvolvimento capitalista mostrava ser um elemento produtor e dinamizador dessas desigualdades sociais, a modernização não podendo mais ser pensada como engendrando, necessariamente, a emancipação humana e a ampliação dos direitos e das liberdades individuais.

É nestes termos que se torna pertinente discutir o modo pelo qual se produzem as desigualdades sociais no mercado de trabalho, em todas as suas dimensões (classe, gênero, cor/etnia, geração, portadores de deficiência). As desigualdades sociais são aqui entendidas como configurações complexas de relações sociais que se articulam, operando-se tanto ao nível econômico, nas relações de apropriação e distribuição desigual do produto econômico entre os agentes sociais, como no nível sócio-cultural, a partir da apropriação e distribuição desigual de bens simbólicos e de reconhecimento pelos diversos grupos em suas relações. Essas relações são, a um só tempo, materiais e simbólicas, nutrindo-se mutuamente na produção das desigualdades sociais, na produção de uma ordem hierárquica, desejada ou não. A despeito, pois, dos ideais igualitários da modernidade e das motivações puramente econômicas que orientariam a ação dos agentes no mercado, como se poderia explicar a persistência das desigualdades sociais no mercado de trabalho?

As tentativas de explicar as desigualdades sociais e os diferentes modos de inserção dos trabalhadores/trabalhadoras no mercado de trabalho esbarraram, frequentemente, em argumentos puramente econômicos. Assim, das teorias econômicas às teorias da segmentação do mercado de trabalho (Pries, 2003), passando mesmo por algumas interpretações marxistas (Brumer, 1988), esses enfoques enfatizam seja um suposto déficit de formação e qualificação profissional das camadas

mais vulneráveis no mercado de trabalho, seja sua inserção nos setores menos estruturados do mercado de trabalho.

Nas ciências sociais, os estudos de gênero têm fornecido ferramentas teóricas importantes para compreender a produção dessas desigualdades no âmbito das relações de gênero, bem como o processo diferencial de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. A crítica feminista às categorias androcêntricas e supostamente neutras das ciências sociais forjaram, através do conceito de gênero, a ideia de que essas diferenças não podem ser atribuídas nem a uma simples determinação biológica, nem a uma determinação em termos puramente econômicos. Tais desigualdades são interpretadas como o resultado de uma construção social, histórica e cultural. As relações de gênero, pois, são o produto de um processo histórico que passa tanto pela formação e transformação de papéis sexuais típicos, transmitidos e aprendidos no processo de socialização dos indivíduos segundo valores, regras e normas que diferenciam e hierarquizam os gêneros, como pelas lutas e conflitos sociais através dos quais se confrontam valores e práticas tradicionais com novas concepções e práticas em termos de gênero.

As desigualdades sociais não podem ser explicadas, ainda, independentemente das transformações pelas quais passam o capitalismo contemporâneo. É no contexto recente de reestruturação produtiva, de desenvolvimento de um modelo capitalista de acumulação flexível, que essas relações e desigualdades se constituem e se transformam. Logo, é preciso indicar, em traços gerais, os impactos dessas mudanças sobre o trabalho, o mercado de trabalho e a situação da classe trabalhadora.

A constituição desse novo modelo de acumulação flexível implica, segundo Harvey (1993), não apenas um novo regime de acumulação, confrontado com a rigidez do fordismo, mas também um novo modo de regulamentação das relações sociais e de trabalho, no qual o Estado tem um papel fundamental na redução dos custos com a força de trabalho. Mais do que isso, essas transformações supõem um modo de vida peculiar que indicam transformações culturais mais profundas, com a mercantilização generalizada em escala global, a pluralidade na estética do consumo, a compressão do espaço-tempo, bem como a intensificação dos processos de inovação possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Na análise proposta por Harvey, torna-se fundamental considerar o caráter heterogêneo, tenso e contraditório dessas transformações. A produção de novas formas e relações de trabalho combina-se com velhas formas que são preservadas e atualizadas, como os sistemas domésticos e parernalistas de organização e controle do trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho, o autor volta a enfatizar o processo de segmentação do mercado de trabalho que adquire novos contornos sob a acumulação flexível. Mais do que nunca, o controle sobre o processo de trabalho e a extração da mais valia continuam sendo centrais no capitalismo contemporâneo, bem como a integração dos trabalhadores a partir de diferentes lógicas. Assim, sob o comando desse novo capitalismo, um núcleo central de trabalhadores mais estáveis e bem pagos, com perspectivas de carreira, continua sendo fundamental, ainda que o mesmo diminua sob o impacto das políticas de enxugamento das empresas. Amplia-se, portanto, a parcela de trabalhadores periféricos, tanto aqueles submetidos a uma forte instabilidade e rotatividade no trabalho (primeiro grupo periférico), como aqueles integrados ainda mais precariamente através das chamadas modalidades atípicas de contratação (temporários, tempo parcial, contratos com duração determinada, etc.) e subcontratação (segundo grupo periférico) (Harvey, 1993, p. 143). Os processos de terceirização das empresas enxutas podem significar, portanto, a constituição de uma camada de trabalhadores extremamente precários, submetidos, inclusive, a modalidades informais de contratação. A elevação dos níveis de desemprego estrutural também constituiriam um dos fundamentos desse capitalismo em suas investidas contra as formas de organização dos trabalhadores. O combate ao poder sindical estaria no centro das ações do próprio Estado e de

relocalização das grandes empresas capitalistas no espaço mundializado (Harvey, 1993; Antunes, 1999).

Portanto, essas transformações implicariam, ao mesmo tempo, a destruição de um conjunto de qualificações e habilidades profissionais e a criação de outras, aumentando a seletividade, a exigência de mais escolaridade e qualificação profissional, bem como um perfil de trabalhadores engajados, dispostos a participar na gestão da produção. A captura da subjetividade seria um dos traços fundamentais desse novo regime de acumulação (Alves, 2011). O novo espírito do capitalismo ou do toyotismo devem colocar a empresa em sintonia com a sociedade e o mercado (ou com a sociedade transformada em um imenso mercado), com a complexidade das demandas e do perfil dos consumidores, com os valores, as crenças e as práticas dos clientes e consumidores. Qualidade, sustentabilidade ambiental, responsabilidade social tornam-se emblemas das novas políticas de gestão empresariais. Logo, os trabalhadores não podem mais ser reduzidos a autômatas que obedecem ordens, prescrições e realizam tarefas parcelizadas, mas sujeitos dotados de polivalência, engajamento, capacidade de trabalhar em equipe, de identificar e resolver problemas, de se integrarem no universo da empresa que escapa de seus próprios muros.

A transição para a acumulação flexível transforma também as relações de gênero e o papel das mulheres na produção e na sociedade, mas não em um sentido progressista, segundo Harvey. De fato, elas possibilitam um processo mais intenso de exploração da força de trabalho feminina alocada nos espaços menos valorizados da estrutura econômica, como é o caso da ampliação da contratação de mulheres em tempo parcial, mal pagas, como forma de substituir os trabalhadores centrais do sexo masculino mais bem remunerados. Neste sentido, pode-se afirmar que neste novo período de acumulação flexível, a morfologia da classe trabalhadora, da classe-que-vive-do-trabalho, como afirma Antunes (1995; 2013), se torna cada vez mais complexa e heterogênea, o desemprego e a precariedade do trabalho se generalizando e incorporando modalidades diversas de integração e subordinação dos trabalhadores (gênero, cor/raça, geração, nacionalidade).

É importante sublinhar que se pode distinguir a integração dos trabalhadores e trabalhadoras na sociedade e no mercado de trabalho em diferentes níveis, reconhecendo que a precariedade social e do trabalho é um fenômeno complexo (Vargas, 2012a). Essa integração precária não se dá apenas no nível do estatuto do trabalho e das relações de emprego, como sustentaria Castel em sua análise sobre a crise da sociedade salarial e de constituição de um “precariado”. Além da desestabilização do emprego, a precariedade pode ser analisada, particularmente, no que diz respeito ao trabalho propriamente dito e à satisfação que o trabalhador pode obter de sua inserção no mundo profissional. É nesse sentido que Paugam (2000) vai falar nos “trabalhadores da precariedade”, destacado que as mudanças nas sociedades contemporâneas afetam não apenas o estatuto do emprego, mas as condições de trabalho propriamente ditas. Por essa razão, Paugam sugere a existência de diferentes níveis de integração dos trabalhadores, a partir da combinação desses dois critérios fundamentais, a estabilidade do emprego e a satisfação do trabalhador com seu trabalho: a integração estável, que articula satisfação no trabalho e estabilidade no emprego; a integração instável, que articula satisfação no trabalho e instabilidade no emprego; a integração laboriosa, que articula insatisfação no trabalho e estabilidade no emprego; e, finalmente, a integração desqualificante, que articula insatisfação no trabalho e instabilidade no emprego. É a tendência contemporânea a uma integração desqualificante que leva o autor a falar dos “assalariados da precariedade”.

6. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A abordagem metodológica, que será adotada para atingir os objetivos desta proposta de pesquisa, envolverá um trabalho com dados quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, se buscará reconstituir a dinâmica estrutural do mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande a partir de informações presentes nas bases de dados “Relatório Anual de Informações” (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE. Também serão utilizadas outras fontes de dados institucionais, estatísticos e documentais.

Aliado a isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos (funcionários do Sistema Nacional de Emprego, secretários municipais), com gestores de instituições privadas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra e entrevistas biográficas com trabalhadores e desempregados. Considera-se importante que as entrevistas envolvam trabalhadores de classes, idades, raças, gêneros e nacionalidades diversos e portadores de necessidades especiais, visando a captar as variadas trajetórias dos sujeitos no mundo do trabalho. Também será realizado um trabalho etnográfico de inserção e observação participante na esfera institucional envolvendo o registro das informações coletadas em diários de campo.

A abordagem metodológica aqui proposta supõe, pois, dois níveis fundamentais de análise: uma análise em termos de dinâmica histórica, capaz de levar em consideração as condições sócio-econômicas, institucionais e políticas nas quais o trabalho, sua precariedade, bem como o desemprego, emergem como problemas sociais; e uma análise em termos de dinâmicas biográficas, nas quais as percepções, as práticas e representações dos sujeitos individuais em relação ao trabalho são mobilizadas, produzidas e transformadas ao longo de suas trajetórias.

Em termos de dinâmica histórica, trata-se de privilegiar as definições institucionais do fenômeno. A objetividade destas definições é, obviamente, socialmente relativa. De fato, as definições ditas objetivas e “oficiais” são aquelas que passam por um processo social de “objetivação”, cristalizando-se institucionalmente. No uso do termo “instituição” deve-se levar em consideração o “processo de institucionalização”, isto é, a atividade de estabilização das práticas e representações sociais dos atores sociais que conduzem à objetivação das “definições”. Dizer que o trabalho ou o desemprego é uma categoria objetiva, significa afirmar que essa categoria passou por esse processo de institucionalização, tornando-se uma “categoria oficial”. Essas definições objetivas, instituídas, não são apenas o produto de um processo anterior de institucionalização, elas também contribuem para orientar as práticas e as representações dos atores sociais no presente. Elas contribuem para a formação e a transformação das definições individuais e subjetivas.

No entanto, essas definições objetivas também se transformam com o tempo, sendo constituídas e constituintes das relações sociais. As tensões implicadas nas relações sociais entre os atores e sujeitos sociais estão na raiz dessas transformações. Logo, essas definições e seus modos de categorização, na qualidade de processos de produção de significados, são elas próprias o produto de tensões e lutas sociais.

As definições estatísticas são particularmente importantes nesse contexto. Elas têm a propriedade não apenas de dar visibilidade aos fenômenos, mas de defini-los, de recortá-los, de enquadrá-los de certa maneira. A visibilidade é o produto desse processo prévio de enquadramento e delimitação da realidade. Deste modo, essas definições estatísticas produzem o fenômeno, atribuindo-lhe volume e quantidade. Elas contribuem ainda para orientar as políticas públicas, seus alvos, estratégias e objetivos. Tratam-se, enfim, de verdadeiros dispositivos, artefatos dotados de legitimidade científica, contribuindo para construir as representações sociais a respeito do trabalho e do desemprego.

As políticas públicas, por sua vez, ao partirem de uma definição prévia de quem são os trabalhadores, os verdadeiros desempregados, as pessoas vulneráveis, os trabalhadores com déficit de formação, qualificação (de uma representação, portanto, esses usuários potenciais dos serviços e indenizações públicas, do seguro-desemprego, por exemplo), contribuem elas também para orientar as representações individuais sobre o trabalho e o desemprego e para estabilizar certas concepções do que seja o “trabalho”, sua “privação”, sua “precariedade”, seus “riscos”.

Em termos de dinâmicas biográficas, trata-se de investigar as experiências de trabalho e de desemprego dos trabalhadores em suas trajetórias ocupacionais. As definições e os modos de categorização individuais emergem a partir dessas experiências marcadas por um conjunto de eventos e relações que constituem o itinerário biográfico de cada um. Trata-se, pois, de analisar as experiências de trabalho e desemprego, a maneira pela qual esses indivíduos as definem segundo o contexto e as relações sociais nas quais estão inscritos. Neste sentido, as experiências de trabalho e de privação de trabalho são, antes de mais nada, situações ressentidas pelos indivíduos e expressas através de suas narrativas, de suas linguagens. Ao reconstituírem suas trajetórias, esses indivíduos mobilizam essas linguagens, seus modos de categorização, suas palavras e expressões significativas. Assim, eles definem e redefinem os sentidos de suas experiências.

A interpretação desses sentidos pelo observador não leva em consideração apenas o discurso e a linguagem dos atores sociais, a partir de uma semântica puramente discursiva. Essa interpretação é construída também a partir das práticas cotidianas desses atores sociais relatadas em suas narrativas biográficas. Os sentidos da experiência não podem ser compreendidos senão no curso de um processo – a trajetória biográfica – na qual situações concretas, eventos objetivos e interações compõem um itinerário. Essa dinâmica biográfica inscreve-se no interior de uma dinâmica histórica e institucional mais ampla, no interior da qual as experiências individuais adquirem sentido.

A questão do desemprego, por exemplo, supõe a questão do trabalho. A experiência do desemprego ou a relação subjetiva que o indivíduo estabelece com sua situação de desemprego supõe a experiência do trabalho, uma relação subjetiva com o trabalho, remunerado ou doméstico.

Assim, a maneira pela qual os indivíduos definem suas experiências de privação de trabalho está diretamente ligada a seus itinerários no mercado de trabalho, bem como à sua inscrição nas relações sociais. Por isso, a análise das práticas e representações individuais e coletivas em relação ao trabalho permite apreender os fatores e processos que têm um papel fundamental na definição e categorização do desemprego. Vale salientar, analisar o lugar e o estatuto do trabalho na sociedade brasileira não implica levar em consideração apenas sua dimensão econômica, na qual o trabalho é fonte de renda e define a posição dos indivíduos no espaço econômico. Trata-se de levar em consideração também sua dimensão propriamente simbólica, o que remete ao modo pelo qual os indivíduos concretos percebem, interpretam e dão sentido às suas experiências de trabalho na qualidade também de “atividade significativa” (um ofício), fonte de “autonomia e independência pessoal”, ou ainda de “vínculos e laços de sociabilidade”.

Todas essas dimensões da experiência de trabalho não afetam os indivíduos de maneira homogênea. Ao contrário, eles são diferentemente afetados por essas dimensões segundo se tratam de homens ou mulheres, jovens ou pessoas de mais idade, brancos ou negros, pessoas mais ou menos escolarizadas ou qualificadas profissionalmente. Esses atributos, essas clivagens sociais, não são apenas signos exteriores que revelam um pertencimento a determinados grupos sociais. Eles são, ao mesmo tempo, o efeito e a condição da produção contínua de relações sociais.

É neste sentido que a abordagem proposta nesta investigação supõe considerar a experiência de trabalho como um fenômeno constituído pelas relações sociais, de classe, de gênero, de geração, de etnia/cor, de nacionalidade. Trata-se de uma escolha teórica e metodológica. Se o trabalho se

constitui a partir de relações sociais determinadas, pode-se afirmar que a posição ocupada pelos indivíduos no espaço econômico (em termos de renda, qualificação, escolaridade) e no espaço doméstico (em termos de provimento, chefia da família, realização do trabalho doméstico) tem um papel fundamental na constituição da experiência de desemprego e de sua categorização. Ou seja, o conjunto de práticas e representações que definem o lugar e os papéis de homens e mulheres nas relações sociais constituem o fenômeno do trabalho em seu processo de categorização individual e institucional.

Deste modo, a abordagem proposta nesta investigação supõe identificar em que medida as formas e experiências de trabalho se constroem distintamente segundo se trate de homens ou mulheres, pessoas mais ou menos favorecidas socialmente, de jovens, adultos ou velhos, de brancos ou negros, levando em consideração como essas pessoas organizam suas atividades e suas práticas cotidianas e como elas experimentam, percebem e representam suas condições de trabalho.

Enfim, trata-se de identificar precisamente em que medida as relações sociais estruturam as formas e experiências de trabalho, sabendo-se que o trabalho não é apenas o efeito dessas relações sociais, mas também um momento de constituição dessas relações em processo constante de produção e transformação.

7. CRONOGRAMA

FASES DA PESQUISA	ANO 2017											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Elaboração do projeto de pesquisa social	X	X	X									
Revisão de bibliografia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Levantamento, organização e análise de dados estatísticos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Preparação dos instrumentos de coleta de dados e das atividades de campo			X	X								
Contatos iniciais e inserção institucional				X	X							
Realização de entrevistas com gestores				X	X	X	X					
Realização de entrevistas biográficas					X	X	X	X	X	X	X	
Coleta de dados estruturados: dados estatísticos, documentos, legislação.				X	X	X	X					
Organização e análise dos dados coletados					X	X	X	X	X	X		
Degração e análise das entrevistas					X	X	X	X	X	X	X	
Elaboração de relatórios parciais							X			X		
Elaboração de relatório final												X

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Subjetividade. O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed.Unicamp, 1995.

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. I e II*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel. Portal na Internet: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>
- OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Vol. I – A Crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- PAUGAM, Serge. *Le salarié de la précarité*. Paris: PUF, 2000.
- PRIES, Ludger. Teoría sociológica del mercado de trabajo. De la Garza, Enrique (Coord.). *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*. México: El Colégio de México, 2003.
- VARGAS, Francisco. Emprego, trabalho e precariedade: os contornos incertos de um objeto de investigação. III Encontro Internacional de Ciências Sociais. Pelotas, 8 a 11 de novembro de 2012a. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/Artigo-FEBVargas-EICS-III-2012.pdf>
- VARGAS, Francisco. Emprego e desenvolvimento regional: contornos de uma questão social. *Revista de ABET*, v. IX, nº 02, jul/dez 2012b. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/Artigo-Emprego-e-Desenvolvimento-ABET-2012.pdf>
- VARGAS, Francisco. Desenvolvimento e desigualdades de gênero: As transformações no mercado de trabalho em Pelotas e Rio Grande. In: Dal Molin, N. & Figueiredo, C. *Políticas Públicas e Desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande*. Porto Alegre: Cirkula, 2014.